

APOSTILA PIC

Peças de Polícia Judiciária



Mentoria e Direcionamento

IMPORTANTE: Esse material foi elaborado exclusivamente para PIC - PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS – CPF: 000.000.000-00. A eventual distribuição, mesmo que gratuita, deste material sem a autorização do PIC – PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS, poderá caracterizar crime contra a propriedade material – art. 184, CP.'

Índice

Orientações gerais sobre a elaboração de peças de polícia judiciária	03
Representação pela decretação de Prisão Temporária	11
Representação pela decretação de Prisão Preventiva	23
Representação pela expedição de mandado de busca domiciliar	31
Representação pela interceptação telefônica	38
Portaria	46
Casos práticos enfrentados pelos professores Delegados	49

PROJETO  **PIC**
INDIVIDUALIZADO PARA
CONCURSOS

1. Orientações gerais sobre a elaboração de peças práticas

- 1. Conhecimento jurídico:** o candidato deve demonstrar que domina os conceitos, teorias e artigos de lei relacionados ao enunciado exposto na questão.
- 2. Tipificação penal:** é de extrema importância que o candidato tipifique corretamente a conduta imputada ao autor.
- 3. Raciocínio jurídico:** o examinador avaliará o raciocínio e a interpretação jurídica do candidato.
- 4. Língua Portuguesa:** a ortografia, concordância verbal, nominal, acentuação, correto emprego da vírgula e das palavras serão avaliados pelo examinador.
- 5. Exposição dos fatos e vinculação aos fundamentos jurídicos:** o candidato deve expor corretamente os fatos e vinculá-los aos argumentos jurídicos que usa como fundamentação de seu pedido.
- 6. Poder de convencimento:** quando elabora a peça prática, o candidato se dirige ao Juiz de Direito, assim, deve ter poder de persuasão, demonstrando que a medida pleiteada é necessária e deve ser decretada.
- 7. Linhas:** o candidato não deve pular linhas.
- 8. Expressões em latim:** são permitidas, porém não em excesso. Em todo o caso, deve-se utilizar as aspas.
- 9. Caligrafia:** é essencial que a letra do candidato seja legível ao examinador

Como o sujeito que é investigado deve ser rotulado na peça ?

Na fase inquisitorial, o Delegado de Polícia representa pela decretação de medidas cautelares, necessárias à obtenção de elementos de prova quanto autoria e materialidade do crime que está

IMPORTANTE: Esse material foi elaborado exclusivamente para PIC - PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS – CPF: 000.000.000-00. A eventual distribuição, mesmo que gratuita, deste material sem a autorização do PIC – PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS, poderá caracterizar crime contra a propriedade material – art. 184, CP.'

investigando. Por se tratar de momento pré-processual, o investigado pode ser chamado de **investigado**, **indiciado**, **averiguado**, **suspeito**, ou outras nomenclaturas semelhantes.

No entanto, o candidato não deve utilizar na peça de polícia judiciária a expressão **RÉU**, pois o sujeito apenas será réu após o recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Estrutura da peça processual penal

A peça prática deve ostentar a seguinte estrutura:

- A. ENDEREÇAMENTO**
- B. PREÂMBULO**
- C. EXPOSIÇÃO DOS FATOS**
- D. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**
- E. PEDIDO**

Todos os tópicos serão abordados separadamente.

Quais dados usar no momento da elaboração da peça?

O candidato **JAMAIS** deverá inventar dados que não foram informados no enunciado da questão.

Dados que foram fornecidos pelo examinador, tais como, nome do autor, data e local do crime **PODEM** ser inseridos na peça.

O candidato **NÃO** deverá identificar-se no corpo da peça.

Em **HIPÓTESE ALGUMA** o candidato deverá assinar a peça.

Endereçamento

1) Crime de competência da Justiça Comum

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara Criminal da Comarca de _____.

2) Crime de competência do Tribunal do Júri (1ª fase)

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara do Júri da Comarca de _____.

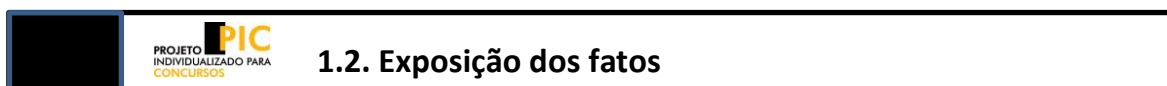
Preâmbulo

Em toda e qualquer peça de polícia judiciária, a estrutura do preâmbulo será a mesma, alterando-se apenas os artigos de lei que fundamentam a medida.

Segue modelo que poderá ser usado como padrão.



A Polícia Civil do Estado de _____, por meio do Delegado(a) de Polícia, ao final assinado, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, dentre outros dispositivos, pelo **art. 144, §4º da Constituição Federal, art. 2º, §1º da Lei Federal nº 12.830/13** e (citar o artigo da Constituição do Estado que regulamenta as atribuições da Polícia Civil do Estado para o qual presta o concurso), com fulcro no artigo (citar o artigo que fundamenta a medida), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REPRESENTAR pela decretação (no caso de Prisão Temporária ou Preventiva) / expedição de mandado de busca e apreensão / interceptação telefônica de _____, pelas razões de fato e de direito que a seguir passa a expor.



Neste tópico da peça, o candidato deverá narrar de forma sucinta os fatos apresentados no enunciado da questão, porém colocando-se **na condição de Delegado(a) de Polícia**.

É importante que o candidato demonstre **poder de síntese**, o que também será avaliado pelo examinador.

Os fatos devem ser resumidos, porém deve se dar ênfase às circunstâncias fáticas que terão conexão com a fundamentação jurídica.

Exemplo: um dos pressupostos para a decretação da prisão preventiva é a garantia da aplicação da lei penal. Se o enunciado trazer a informação de que o averiguado demonstra que pretende

IMPORTANTE: Esse material foi elaborado exclusivamente para PIC - PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS – CPF: 000.000.000-00. A eventual distribuição, mesmo que gratuita, deste material sem a autorização do PIC – PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS, poderá caracterizar crime contra a propriedade material – art. 184, CP.'

fugir, tal fato obrigatoriamente deverá ser mencionado na descrição fática, pois no momento da fundamentação o candidato fará a ligação entre o fato e o direito.

Uma correta e completa descrição dos fatos deve ser suficiente para responder às seguintes perguntas:

- a) O que aconteceu?
- b) Quem está envolvido nos fatos narrados?
- c) Quando e em que local os fatos ocorreram?
- d) Por qual razão os fatos ocorreram?

Essa técnica é um parâmetro a ser seguido, porém em eventuais casos o candidato não conseguirá responder a última questão devido à complexidade dos fatos que estão sendo apurados.



1.3. Exemplo de enunciado

José da Silva, brasileiro, casado, com 18 anos de idade, sem profissão definida e sem residência fixa, no dia 10/01/2017, por volta das 19hs, na Avenida Rio das Pedras, na altura do n. 205, bairro Teresópolis, ameaçou Pedro Bueno, mediante emprego de arma de fogo, a entregar-lhe a quantia que portava. A vítima, sem opção, entregou os R\$ 200,00 que possuía, e o agente afastou-se. A vítima procurou o DP mais próximo e, após registrar o boletim de ocorrência, o autor foi preso em flagrante, porém dois dias depois obteve sua liberdade provisória. Durante o IP, constatou-se que o Indiciado estava ameaçando as testemunhas dos fatos. Considerando que toda a instrução do IP já foi realizada, como Delegado(a) que preside o Inquérito, represente ao órgão competente sobre a medida de polícia judiciária pertinente ao caso.

Texto ideal

Por volta das 19 horas do dia 10 de janeiro de 2017 (não use abreviações), na Avenida Rio das Pedras, altura do numeral 205, bairro Teresópolis, José da Silva subtraiu, mediante grave ameaça, exercida com emprego de arma de fogo, a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais), que pertencia a Pedro Bueno.

O autor foi preso em flagrante na mesma data, sendo instaurado nesta unidade de polícia judiciária o Inquérito Policial nº ____/____, que visa apurar por completo a autoria e materialidade do crime de roubo.

Apurou-se no curso das investigações que José da Silva, após beneficiar-se pela liberdade provisória, passou a ameaçar testemunhas dos fatos.



1.4. Fundamentos jurídicos

Neste ponto, o candidato deverá expor e demonstrar que estão presentes os pressupostos e requisitos para a decretação da medida pleiteada.

Exemplificadamente, no caso da **Prisão Preventiva**, o candidato deverá demonstrar a presença dos pressupostos e requisitos dos artigos 311, 312 e 313 do CPP.

Além disso, deverá provar que a prisão preventiva é necessária e que as medidas cautelares diversas da prisão não são suficientes.

O candidato deverá desdobrar os fundamentos jurídicos nos seguintes pontos:

a) Tipificação da conduta: na condição de Delegado(a) de Polícia, deverá tipificar corretamente a conduta do autor.

b) Cabimento da medida: neste ponto, deverão ser expostos pelo candidato os fundamentos, pressupostos e requisitos que autorizam a medida, conforme explanado nos dois slides anteriores.

c) Requisitos cautelares: o candidato deverá explorar o *fumus commisi delicti* e o *periculum libertatis*, que são necessários à decretação da medida de polícia judiciária pleiteada.

c1) Prisão Preventiva:

O *fumus commissi delicti* se relaciona aos indícios de autoria e prova da materialidade de crime que autoriza a decretação da Prisão Preventiva.

O *periculum libertatis* se revela através da garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, aplicação da lei penal, conveniência da instrução criminal e quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.

c2) Prisão Temporária:

O *fumus commissi delicti* se relaciona aos indícios de autoria e prova da materialidade de crime constante no rol do inciso III do artigo 1º da Lei 7.960/89 ou hediondo.

O *periculum libertatis* se revela através da necessidade de investigação (art. 1º, I) dúvida quanto à
identidade civil da pessoa (art. 1º, II), indiciado sem endereço fixo (art. 1º, II).

d) Ineficácia das medidas cautelares diversas da prisão: somente no caso de prisão preventiva, o candidato deve justificar que as medidas cautelares são insuficientes e que a prisão preventiva é necessária, tendo em vista que a prisão preventiva é considerada como *ultima ratio* no ordenamento jurídico processual penal brasileiro.

O candidato deve demonstrar que as demais medidas cautelares previstas nos artigos 319 e 320 do CPP são insuficientes e não irão garantir aquilo que se pretende resguardar com a decretação da Preventiva.

Será usada uma afirmação categórica de que as demais medidas são insuficientes. Essa conclusão decorrerá do próprio enunciado da questão.

Texto ideal para a fundamentação jurídica

Dos fundamentos jurídicos

Do crime cometido

Analisando-se os elementos de prova obtidos até o momento em sede inquisitorial, depreende-se que o autor cometeu o crime de Roubo Circunstanciado, tipificado no artigo 157, parágrafo segundo, inciso I do Código Penal, pois utilizou uma arma de fogo como meio de execução para a prática do delito.

Do cabimento da Prisão Preventiva

IMPORTANTE: Esse material foi elaborado exclusivamente para PIC - PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS – CPF: 000.000.000-00. A eventual distribuição, mesmo que gratuita, deste material sem a autorização do PIC – PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS, poderá caracterizar crime contra a propriedade material – art. 184, CP.'

A medida cautelar requerida é cabível, pois o crime cometido possui pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, preenchendo-se assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

Dos requisitos cautelares

Os requisitos cautelares da prisão preventiva encontram-se satisfeitos, inicialmente porque o crime ocorreu, conclusão que decorre da prisão em flagrante do autor e demais elementos de prova obtidos no curso das investigações, que revelam o “fumus commissi delicti”.

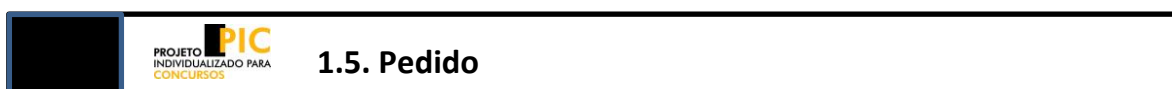
Além disso, o “periculum libertatis” foi demonstrado a partir dos depoimentos das testemunhas, que disseram ter sido ameaçadas pelo autor, que agindo deste modo acaba por prejudicar a instrução criminal.

Assim, não há dúvida de que estão presentes os pressupostos necessários para a decretação da prisão preventiva do autor, expostos nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal.

Do descabimento das medidas cautelares diversas da prisão

O crime cometido pelo autor é de extrema gravidade e sua conduta, ao ameaçar testemunhas dos fatos, revela que as medidas cautelares diversas da prisão não são suficientes para garantir a instrução criminal.

Assim, mostra-se necessária a decretação da prisão preventiva do autor, como conveniência da instrução criminal.



No caso de peça com apenas um pedido (é possível que uma mesma peça possua outros pedidos), o pedido deve ser sucinto.

O candidato deverá concluir o raciocínio exposto em sua peça e utilizar o verbo **REPRESENTAR**, pois o Delegado de Polícia não requer, mas sim representa quando se dirige ao Poder Judiciário.

IMPORTANTE: Esse material foi elaborado exclusivamente para PIC - PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS – CPF: 000.000.000-00. A eventual distribuição, mesmo que gratuita, deste material sem a autorização do PIC – PROJETO INDIVIDUALIZADO PARA CONCURSOS, poderá caracterizar crime contra a propriedade material – art. 184, CP.'

O ideal é que no pedido o candidato peça que a medida seja decretada **sem a oitiva da parte contrária**, sob pena de ineficácia da medida.

Por outro lado, deve ser solicitado ao MP que se manifeste, pois se trata de uma medida cautelar penal.

Em seguida, o candidato deverá utilizar a expressão: “Nestes termos, pede deferimento”.

Ao final, local e data, e a autoridade que assina a peça.

Texto ideal do Pedido

Do Pedido

Ante o exposto, com base nos fundamentos de fato e de direito já expostos, representa esta Autoridade Policial, pela decretação da prisão preventiva de José da Silva, já qualificado nos autos do Inquérito Policial em epígrafe, como conveniência da instrução criminal, sem a oitiva da parte contrária, pela própria natureza da medida, após a competente manifestação do membro do Ministério Público.

Fundamentação

Art. 283, CPP. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, **no curso da investigação** ou do processo, em virtude de **prisão temporária** ou prisão preventiva.

Art. 1º (Lei 7.960/89). Caberá prisão temporária: **I** - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; **II** - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; **III** - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

Conceito

Cuida-se de espécie de prisão cautelar decretada pela autoridade judiciária, com prazo preestabelecido de duração, cabível exclusivamente durante a fase preliminar de investigações, quando a privação da liberdade de locomoção do indivíduo for indispensável à obtenção de novos elementos de prova quanto à autoria e materialidade das infrações penais mencionadas no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 7.960/89, assim como em relação aos crimes hediondos e equiparados (Lei nº 8.072/90), viabilizando o prosseguimento da persecução penal.

Periculum Libertatis

Art. 1º, Lei 7.960/89: Caberá prisão temporária:

- a) Quando imprescindível às investigações;
- b) Quando o indiciado não possuir residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

Os itens acima revelam o **periculum libertatis**, necessário à decretação da Prisão Temporária.